Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII
O Couto de Santo Tirso nas Cartas de Couto de 1097 e 1098: os documentos e as características do espaço

Arnaldo Rui A. de Sousa Melo
O Couto de Santo Tirso nas Cartas de Couto de 1097 e 1098:
os documentos e as características do espaço
1. Introdução

Nesta comunicação procedemos à análise das cartas que instituíram o Couto de Santo Tirso em 1097 e a consequente doação ao mosteiro em 1098. Da carta de criação do couto, em 1097, são conhecidas duas versões, uma considerada verdadeira e outra falsificada. Pretendemos mostrar que a carta falsificada foi forjada com o objectivo de melhor aclarar os limites da terra coutada e não com intuições fraudulentas como geralmente se supõe. Por outro lado, podemos reforçar uma ideia que já desenvolvemos em estudo anterior: os homens desse tempo, os monges e os lavradores, tinham perfeita consciência - ou intuição - do espaço e a terra coutada assumia-se como um todo coerente com individualidade própria, totalidade essa que importava garantir¹.

O couto foi criado pelo Conde D. Henrique e Dona Teresa e dado a Soeiro Mendes da Maia, em 1097. Um ano depois, em 1098, Soeiro Mendes da Maia, juntamente com outros bens, doa o couto com todos os seus direitos, tal como o recebeu, ao mosteiro de Santo Tirso, que se situava dentro da terra coutada. Da carta inicial, de 1097, conhecemos duas versões, divergentes nalguns aspectos, mas sobretudo no modo como são fixados os limites do couto. Destas duas cartas, uma é considerada verdadeira e outra falsa, enquanto da doação de 1098 existe uma única versão, que não levanta problemas de autenticidade. Diga-se, a propósito, que esta segue quase à risca a versão verdadeira de 1097.

2. Os documentos

Antes de prosseguir, será importante esclarecer a proveniência destes documentos. Os originais destas 3 cartas de Couto existiam ainda em 1791 quando João Pedro Ribeiro visitou o Cartório do convento, durante a sua viagem de visita a todos os cartórios monásticos do Reino. Mas perderam-se posteriormente, como grande parte do espólio do cartório, provavelmente devido a um incêndio. No entanto, graças ao Mestre de Diplomática, conhecemos o texto integral das 3 cartas. Efectivamente, João Pedro Ribeiro copiou-as na íntegra e analisou-as do ponto de vista Paleográfico e Diplomático. Existentes na B.U.C., na colecção de manuscritos do autor, essas transcrições foram publicadas por António Cruz, e posteriormente por Rui de Azevedo (este, apenas as duas cartas de 1097).

Também Herculano publicou as 3 cartas, a partir de cópias do séc. XVIII existentes na Academia das Ciências de Lisboa. Para Rui de Azevedo estas versões também devem proceder de Ribeiro, "e por isso não admira a identidade entre os dois grupos de cópias." O organizador dos Documentos Medievais Portugueses dá preferência às oriundas de Coimbra, por não oferecer dúvida a sua proveniência.

Por outro lado, João Pedro Ribeiro também nos deixou apreciações e breve crítica Diplomática relativamente às duas cartas de 1097. Baseado nelas, Rui de Azevedo fez a sua crítica, concluindo, como Ribeiro já havia avançado, pelo caracter falsificado de uma delas. Tal como José Mattoso, parece-nos que nada se poderá acrescentar a essas notas de Rui de Azevedo, em termos de crítica Diplomática.

As cópias de Ribeiro, por tudo isto, devem ser consideradas como cópias verdadeiras dos documentos originais - quer dos originais autênticos, como do original falsificado. Neste sentido, Rui de Azevedo considera a versão A "um documento fidedigno de alta importância no seu duplo aspecto histórico-diplomático", enquanto a versão B teria obedecido a propósitos fraudulentos, "como este autor [Ribeiro] admitiu e Herculano sustentou com firmeza". Adiante veremos que, se não se pode duvidar da falsificação desta versão, os propósitos que a ela conduziram, quanto a nós, não foram fraudulentos.

Assim, estaremos em presença de duas versões da Carta de 1097, uma, o próprio original, a outra cópia coeva - pelo menos aproximadamente - mas falsificada, que apresenta algumas alterações. Relativamente ao documento de 1098, dispomos de uma única versão, que se supõe tratar-se do original.

As cópias conhecidas destas três cartas, todas do séc. XVIII (ou XVII), são as seguintes:

As cópias realizadas por João Pedro Ribeiro a partir dos documentos originais que terá consultado no cartório do mosteiro em 1792 e existentes actualmente na B.U.C., na colecção de manuscritos do autor. Publicadas as três cartas por

2 João Pedro Ribeiro, Observações Históricas e Críticas,... Lisboa, 1798, p. 61
3 Segundo Alexandre Herculano, in, P.M.H., D.C., p. 512
4 António Cruz, Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro, Coimbra, 1938, pp. 149 - 158
5 D.R., i, Doc. 4, e i, pp. 554 - 555
6 D.R., p. 554
7 D.R., p. 554
8 J. P. Ribeiro, o.c., p. 61
9 Mattoso, Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa, 1982, p. 583
10 D.R., pp. 554 - 555
11 D.R., p. 555
António Cruz\textsuperscript{12} e, mais tarde, por Rui de Azevedo\textsuperscript{9} (apenas as duas versões da Doação a Soeiro Mendes).

As cópias da Academia das Ciências de Lisboa, editadas por Herculano\textsuperscript{14}, que Rui de Azevedo diz ser quase certo que também procedem de Ribeiro ("e por isso não admira a identidade entre os dois grupos de cópias"). Acrescenta o organizador dos Documentos Medievais Portugueses, que deu preferência (e publicou) as provenientes dos manuscritos de Ribeiro, "por não oferecer dúvida a sua proveniência e por nelas se reproduzirem os sinais do diploma\textsuperscript{15}".

Frei Leão de São Tomás, na Benedictina Lusitana, também refere a doação de couto a D. Soeiro Mendes e a subsequente doação ao Mosteiro\textsuperscript{16}. Transcreve o documento de 1098, copiado, segunda afirma, do cartório do mosteiro\textsuperscript{17}. A versão, no essencial, corresponde à das cópias do séc. XVIII, com ligeiras variantes gramaticais ou de ortografia; mas erro ao ler a data de ambos os documentos, no que foi corrigido por João Pedro Ribeiro\textsuperscript{18}. Além destas versões, todas publicadas, podemos acrescentar as existentes num dos Livros de índices do cartório do Mosteiro, realizados também no séc. XVIII, e que não se encontram publicados. Trata-se das cópias existentes num dos Índice do Cartório realizados no séc. XVIII\textsuperscript{19}; aí se reproduzem quase textualmente as versões de João Pedro Ribeiro, e, mesmo a divergirem, seria sempre de preferir as cópias do grande Paleógrafo; como já António Cruz notou, estes índices realizados no séc. XVIII devem merecer-nos algumas reservas, pois nem sempre terão sido elaborados com o rigor desejável\textsuperscript{20}, além de, normalmente, apenas apresentarem resumos ou extractos dos documentos. Neste caso, porém, reproduzem os documentos na íntegra e correspondem quase textualmente às cópias de Ribeiro.

João Pedro Ribeiro refere também a existência de uma cópia autenticada, de 1463, do teor do documento tido como falso - o que, de resto, conforme viu Ribeiro e reforçou Rui de Azevedo, será mais uma prova da falsidade deste documento, "porque he natural que se buscasse antes a publica forma do falso, que do verdadeiro\textsuperscript{21}". Também o Índice de 1774 refere a existência deste "traslado autentico" de 1463\textsuperscript{22}.

A crítica destes documentos foi feita por João Pedro Ribeiro, que os descreveu Diplomaticamente, por Alexandre Herculano,
que sobre eles fez breves considerações, e por Rui de Azevedo, a cuja interpretação Diplomática nada haverá a acrescentar, como já notou Mattoso.

Portanto, com base em João Pedro Ribeiro e em Rui de Azevedo, podemos assentar na autenticidade da versão A e na falsificação da B. No entanto, como é sabido, os documentos falsos também podem e devem ser considerados, particularmente quanto à determinação dos aspectos falsificados e suas motivações. Em particular neste caso, tratando-se de uma "cópia coeva [do original] com algumas alterações"23, deveremos ter em consideração os aspectos modificados.

Convém ainda referir que a carta de 1098, de doação do couto ao mosteiro, apresenta-se quase igual à carta verdadeira de 1097. Este documento de 1098 não parece apresentar qualquer problema de autenticidade24.

---

23 Rui de Azevedo, D.H., pp. 554; Ribeiro, o.c., p. 61
24 Ribeiro nada refere quanto à ele nas suas considerações de Diplomática, tendo-o copiado na íntegra, tal como António Cruz o publicou, incluindo todos os sinais de validação (A. Cruz, o.c., p. 158). A existir alguma dúvida Ribeiro não deixaria de o notar. Também Herculano não duvida da sua autenticidade nos D.C., 864 e 871.
3. Os documentos, os limites do couto e o espaço

Vejamos então quais os limites do couto, segundo as várias cartas em análise.25
Na carta de couto verdadeira de 1097 (versão A), os limites do couto apresentam-se assim determinados:

"[...]Atamen concedimus tibi ereditates et omnes prenominatos quomodo se leva de illo porto de Cernadino et vadit adsurssum per illo termino qui dividet inter Burgalanes et monasterium Sancti Tirsi et quomodo dividet inter Leoveriz et Sanctam Crucem (b) et per terminum qui sparet inter Mons Corduve et Sanguinedo et tornat per Mamoella26 et exinde per illa congusta inter Travazos et Vimaredi et exinde per Monte Calvo quomodo dividet inter Donnici et Querlledo et exinde per Ervosa et descende ad illa ponte antiqua de flumine Avie et vadit per media illa aqua usque ad illo porto de Cernandino unde primiter inquoavimus. [...]"

"(b) Segue-se um espaço em branco."27

Na carta falsificada de 1097 (versão B), a mesma passagem aparece alterada, da seguinte forma:

"[...] Adtamen concedimus tibi hereditates et homines prenominatos quo se levat de illo porto de Cernandino et vadit per illam viam quos dividit inter Burgalanes et Pratanosam dividique inter Rialem et Burgalanes per ipsum arrogiun ad infestum concludit intus Leoveriz per suos terminos sicut dividit cum Burgalanes inde vero inter terminus ipsius Leoveriz et Sancte Crucis pergit autem per verticem Montis Cordobe et Pennecedi dehin quoque per Pennam Sellatam it per Pennam Corvi et de per illam Lagartariam sequitur per ipsam carraram sicut dividit aquam inter Lezam et Sanguinielmet deinde ad Pennam Longam et inde ad Sanctum Salvatorem de Monte inde autem per illam mamonam de Mamonella et exinde per illam congustam inter Travazos et Vimarei exinde autem per Montem Calvum sicut dividit inter Doniz et Querleto et inde per Erbosa descenditque ad illam pontem antiquam in flumine Avis et vadit per medium illud flumen usque ad portum de Cernandinum unde antea incoavimus[...]"28

Finalmente, na doação do couto ao mosteiro, por Soeiro Mendes da Maia, em 1098, os limites do couto são definidos de modo muito semelhante ao da versão A de 1097:
"," per terminis predictis quos presignavit portarius ipsius donni henrici comitis sicut incipit in portum de cernandini et dividit inter burgalanes et monasterium sancti tirsii et differt inter leoveriz et sanctam crucem et inde per terminum quod parte inter mons cordoba et sanguinieto et descendit per mamonellam et inde per illam conguastam inter rial et vimaredi et ascendit per verticem montis calvi sicut dividit inter donniz et Kerledo deinde per ervosam ascendit que ad illam pontem antiquam in medium fluminis ave ascendit vero per medium ipsius fluminis alveum usque ad illum portum de cernandini unde prius incoavimus [...]29.

Da análise do texto destas três cartas e da sua aplicação ao espaço concreto - fruto de uma análise micro-toponímica, orográfica e hidrográfica exaustiva, com base na cartografia disponível e na observação do terreno in loco - concluímos que o traçado dos limites do couto é praticamente coincidente nos diferentes documentos. As cartas verdadeiras - a versão A de 1097 e a carta de 1098 - definem de modo muito vago a delimitação, remetendo geralmente para os termos conhecidos - dos homens de então -, mas não especificados, entre lugares e freguesias; a versão B, por seu turno, parece-nos que se limita a definir com muito maior rigor e precisão esses mesmos limites: pelo menos no geral, a versão B apenas explicita melhor os termos da carta A, não acrescentando nada. Claro que não podemos definir com rigor absoluto o traçado do couto e, como tal, pode ter variado e aumentado em questões de muito pormenor, que nos escapam: mas, pelo menos a nível geral, parece óbvio que ambas as cartas se reportam aos mesmos limites territoriais, assinalados nos Mapas 1 e 2.

Vejamos, a título de exemplo do que afirmamos, o modo como uma parte específica dos limites do couto é determinada nas várias cartas:

**Carta A de 1097:** "[...] per terminum qui spartet inter Mons Corduve et Sanguinedo et tornat per Mamoella [...]

**Carta B de 1097:** "[...] per verticem Montis Cordobe et Pennecidi dehin quoque per Pennam Sellatarn it per Pennam Corvi et de per illam lagartarium sequitur per ipsam carrariam sicut dividit aquam inter Lezam et sanguinieturum deinde ad Pennam Longam et inde ad Sanctum salvatorem de Monte inde autem per illam mamamam de Mamonella [...]

**Carta de 1098:** "[...] per terminum quod parte inter Mons Cordoba et Sanguinieto et descendit per Mamonellam [...]

Estes três passagens dos documentos reportam-se ao mesmo espaço físico, mas com uma descrição muito mais pormenorizada na versão B de 1097. Os Mapas 1 e 2 permitem-nos observar o troço que, quanto a nós, corresponde
a estas citações; verifica-se o modo como o descrito na versão B se ajusta à realidade do terreno, em particular em termos hidrográficos, determinando com muito maior pormenor o traçado que o couto seguia entre Monte Córdova e o Sanguinhedo, descendo depois para Menguela (ou seja, por outras palavras, os limites do couto passavam entre a rede hidrográfica do Leça e a do Ave, como se diz na versão B e se observa na realidade), ou mais precisamente, segundo os termos da versão B, entre o cume de Monte Córdova (pico actualmente denominado Mouro) e Menguela\(^2\).

A estas cartas, deveremos acrescentar uma carta de D. Afonso IV, de 16 de Julho de 1336, onde se confirmam os limites do couto de Santo Tirso e as jurisdições que o Abade aí detém. Na parte que de momento nos interessa, diz:

"[...] o dito Mosteiro de Sancto Tisso de Riba dave avya arredor de sy huum couto o qual partya pella ponte de Domna Guntinha por Monte Calvo acima, e desy ao Requeixo e aa pedra do couto de cima de Ryal de Moinhos como parte arredor de Monte Cordova e desy aa coureyra desy pella cercada como se vay ao Ryo d'Ave [...]"\(^3\).

Mas a versão desta mesma carta que se encontra num dos índices do mosteiro realizados no século XVIII, varia um pouco da registada no Corpus Codicum. Vejamos:

"[..] o dito Mosteiro de Sancto Tirsho de Ribadave avia aredor de si hu couto o qual partia pella ponte de Dona Goncinha e dahi adiante por Monte Calvo asima, e des ahí ao Requeixo e ao do Requeixo a pedra do couto de sima de Rial de Moinhos como parte arredor de Monte Cordova e desy ao coureyra desy pella cercada como se vay ao Ryo d'Ave [...]"\(^3\).

O Índice de 1774, que António Cruz reputa de mais importante e fidedigno (embora deva ser visto com cuidados, tal como os outros índices)\(^3\), apresenta ainda uma outra versão:

"[..] o dito Mosteiro de Sancto Tirsho de Ribadave avia aredor de si hu couto o qual partia pella ponte de Dona Gontinha por Monte Calvo acima, e da hi ao Requeixo e ao Requeixo a pedra do couto de Rial de Moinhos como parte arredor de Monte Cordova e da hi a coureira que ha desida que vai de Santa Cruz ata a Cerqueda e dahi a Cercada e des ahí polla Cerdeira como se vai ao Río d'Ave [...]".

\(^{2}\) Cl. Mapas 1 e 2. Na versão B, da carta de 1097, explicita-se que, depois de seguir entre Letoriz e Santa Cruz, o limite do couto passa pelo cume de Monte Córdova, para continuar, um pouco adiante, pela estrada que separa a água do Leça da do Sanguinhedo, a estrada actual (que não foi possível representar nos mapas) separa nessa zona, de facto, as águas tributárias do Leça das que correm para o Sanguinhedo e o traçado da estrada medieval devia ser o mesmo: cf. o traçado da estrada medieval Porto-Guimarães, no mapa Guimaraes-S. Martinho do Campo, proposto por Carlos Alberto Fernandes de Almeida, Vias Medievais, \(\text{Entre Douro E Minho}, \text{pp. 172-173). Seguidamente,} \) refere-se o mosteiro de S. Salvador de Monte Córdova, que sabemos ter existido no actual Mosteiro Padão (Sousa Melo, \text{c.c.}, p. 38 e nota 17). Mantenho-se Menguela, conforme se escreveu na versão da carta A de 1097 registada no códice 268, e como o relevo e a hidrografia nos autorizam a supor. Os topónimos: Pena Selatam, Pena Corvi, hoje desconhecidos, sem dúvida que correspondiam a outros pontos altos, ou penhascos (de penha, sinónimo de pena, \text{cf. Dicionário de Língua Portuguesa, \text{de Cândido de Figueiredo}), situados entre o cume de Monte Córdova e o Mosteiro Padão. De referir ainda que o Monte Córdova medieval se apelidava, nos nossos dias, Serra da Assunção.\(^{3}\) A.D.P., \text{Ibidem, cód. 268, fls. 23-24} \text{e repetido nos fólios 3-4). Aqui se diz que foi feita uma cópia autenticada deste documento, no Porto, na Casa da Relação, em 10 de Dezembro de 1435. O resto do documento é do mesmo teor da versão do Corpus Codicum.\(^{3}\) A.D.P., \text{Ibidem, cód. 272, fls. 5-5v.; aí se diz que se tirou traslado deste documento quando se enviou o original \text{às confirmações} de D. José. O} \text{restante documento é igual ao do códice 268, incluindo a referência à cópia autenticada de 1435., e ao do Corpus Codicum.\(^{3}\)
Estes limites apresentados na carta régia de 1336, parecem-nos ser coincidentes com os das cartas de couto e permitem-nos confirmar o traçado que propusemos.

Se a estes elementos juntarmos os dados, de diferente índole, fornecidos pelas Inquirições de 1258 e pelos prazos do séc. XV, poderemos confirmar a delimitação do couto que definimos. As Inquirições e os documentos de emprazamento permitem-nos saber quais os topónimos que se situam dentro e fora do couto, ajudando a tornar bem definido o nosso conhecimento do traçado do território coutado. Apenas nos lugares mais altos do mons podem os limites exactos ser mais difíceis de determinar, pois nem as Inquirições nem os prazos se referem a eles - já que de territórios despovoados se tratava. Mas as informações das cartas de couto, a identificação dos pontos mais altos (verticem), a localização de vários topónimos, e, por vezes, a própria Pedra de Couto ainda existente, possibilitam uma aproximação aos limites do couto que pensamos ser muito próxima da real. Finalmente, o actual traçado de estradas, que podemos supor semelhante ao medieval em algumas zonas (por exemplo em Monte Córdova), e os limites - aproximados - das actuais freguesias, permitem corrigir ao pormenor, e sobretudo reforçar, as conclusões a que havíamos chegado sobre o traçado do couto.

Da conjugação de todos estes elementos, pensamos ter conseguido delimitar o couto com elevado grau de exactidão e poderemos, deste modo, concluir que a carta falsificada de 1097 não terá sido realizada com motivos fraudulentos: os limites do couto são os mesmos, apenas mais precisos. Esta carta, decerto feita pelos monges, ou a seu mando - pois Soeiro Mendes da Maia teve em seu poder, o couto, menos de 1 ano - terá sido motivada pela necessidade, ou simples precaução de monges, de definir com rigor a terra coutada com vista a dificultar possíveis usurpações. Desconhecemos o contexto específico em que tal falsificação foi feita, pelo que não sabemos se de simples precaução de carácter genérico se tratou, se correspondeu a alguma ameaça ou conflito concreto com algum outro poder, local ou regional.

Deste modo, concluímos que a carta falsificada de 1097 não teve motivos de alterar a vontade de Autor do documento, mas apenas de melhor aclarificar. Temos assim um exemplo concreto em como uma comprovada falsificação pode não obedecer a motivos fraudulentos.

Por outro lado, este cuidado em garantir os direitos dos senhores do couto, além de reflectir uma preocupação geral em termos de jurisdições e espaços onde se exerce o poder sobre a terra e sobre os homens, mostra também, no caso específico de Santo Tirso, como os homens de então tinham a consciência, ou a intuição, de que esta terra coutada constituía um todo harmónico e coerente, um sistema, dentro do conjunto mais vasto da região...
onde se insere; tem-se a preocupação de não permitir que todo esse conjunto natural fique partido pelos limites dos homens e procura-se garantir que se mantenha um todo. É ver como, ao estipular os limites do território, se tem o cuidado de deixar todos os cursos de água e cabeceiras do sistema hidrográfico do Ave dentro do Couto, e os do Leça fora, como se diz expressamente na carta B de 1097 (onde se determina que os limites passam pela estrada que divide as águas entre Leça e Sanguinhedo). A preocupação em que tal fique bem explícito na carta de Couto e, sobretudo, em garantir o domínio de todo o conjunto natural, em particular as fontes da água, aparece bem implícito - e até explícito - no zelo existente por detrás da realização da versão falsificada da carta. Não importa se de uma formulação consciente se tratava, se de uma intuição sentida pelos homens que conheciam aquele espaço; como desenvolvemos noutro lugar, tratava-se de um território que os homens de então sentiam e sabiam constituir um todo em termos naturais e agrícolas (domínio da água, preocupação em integrar espaços de *ager, saltus* e *mons* - complementares na vida rural -, percepção da constituição das bacias hidrográficas, etc)⁴⁰.

⁴⁰ Como se observa através dos Mapas 1 e 2, o Couto constitui um todo em termos geográficos - inserido, claro está, no espaço que o envolve -; esta notar como segue a divisão entre duas bacias hidrográficas e a tributária do rio Ave, onde se insere o rio Sanguinhedo, e a do rio Leça e as divisões geomorfológicas, sendo constituido, sobretudo, por duas depressões. Os limites do couto seguem, umas vezes, divisões naturais, outras características do espaço facilmente assinaláveis (como os cumes de montes, ou o rio Ave). Todos estes assuntos foram analisados e desenvolvidos em trabalho anterior (Sousa Melo, o.c.t, I, pp. 35-43 e 43-51).
Conclusão

Poderemos então assentar em duas grandes conclusões:

1) A falsificação da carta de couto de Santo Tirso de 1097, feita pelos monges de Santo Tirso, ou a seu mando, não teve intitúdos fraudulentos, mas, pelo contrário, visou determinar de forma mais clara e menos equívoca o estipulado na carta verdadeira, quanto aos limites da terra coutada.

Apresenta-se, assim, um caso concreto em que a falsificação de um documento não teve motivos ilícitos, ao contrário do que a priori somos levados a supor face a qualquer documento falso.

2) A preocupação em forjar uma carta que melhor delimitasse o território em causa, as precauções em garantir o domínio desse espaço e o modo como tal é estipulado na carta falsificada, vem reafirmar, como havíamos demonstrado noutro trabalho, que os homens - monges e lavradores, senhores e camponeses - encaravam o couto de Santo Tirso como uma unidade territorial com identidade própria.41

41 Se essa percepção do espaço resultava de uma consciência intencionalmente procurada, de uma correcta avaliação da região, mas intuitiva e pragmática, não o sabemos. A nossa análise, que se baseia na geomorfológia, permite constatar o facto, não revela as motivações (Sousa Melo, o.c., I, p. 43).
Fontes e Bibliografia
1. Fontes manuscritas
2. Fontes Impressas

Arquivo Distrital do Porto
Secção Monástica
Convento de Santo Tirso de Riba d'Ave
- Códice n.º 268 (Índice do Cartório), fólios: 1, Iv, 2, 3, 4, 3v, 4v, 23, 23v, 24
- Códice n.º 272 (Índice do Cartório), fólios: 3v, 5, 5v.

Corpus Codicum latinorum et portugalensium eorum qui in Archivo Municipalis Portucalensi asservantur antiquissimorum ..., vol. I, fasc. II, Porto, 1911

Documentos Medievais Portugueses - I Documentos Régios, nº 4

Portugaliae Monumenta Historica - Diplomata et Chartae, nº 864 e 871

Portugaliae Monumenta Historica - Inquisitiones, pp. 524-525
2. Bibliografia Citada

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Vias Medievais: I Entre Douro e Minho*, Porto, 1968 (dissertação de licenciatura policopiada)

CRUZ, António, *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro (Com Apêndices de estudos sobre as Ordenações Afonsinas e de documentos do cartório do Mosteiro de Santo Tirso de Riba d’Ave)*, Coimbra, 1938

MATTOSO, José, *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, 1982


*Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, (3ª ed.), 2 vols., Lisboa, s.d. [1912]

RIBEIRO, João Pedro, *Observações Históricas e Críticas ...,* Lisboa, 1798


Abreviaturas

A.D.P. - Arquivo Distrital do Porto.
B.U.C. - Biblioteca da Universidade de Coimbra.
D.C. - Diplomata et Chartae.
D.M.P. - Documentos Medievais Portugueses.
D.R. - Documentos Régios.
P.M.H. - Portugaliae Monumenta Historica.